

62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL CT-OS/CIF

Aos dias quinze do mês de junho de dois mil e vinte e dois, às 09 horas e cinco minutos, de forma híbrida – com participação presencial no município de Mariana/MG e por meio de vídeo conferência e transmissão via *YouTube* no link ([62ª Reunião Ordinária da CT-OS - YouTube - https://www.youtube.com/watch?v=xxidVQ6zpE](https://www.youtube.com/watch?v=xxidVQ6zpE)) teve início a **62ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial CT-OS/CIF**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

Dos participantes, registro: Adriana S. Soares (Atingida Santa Cruz do Escalvado), Alfredo Luiz De Paula Zanon (Fundação Renova), Allan Crys de Assis Pinto (Fundação Renova), Ana Tereza de Carvalho Viana (FGV/MPF), Anderson Jesus de Paula (Comissão de Atingidos de Mariana/MG – Paracatu de Baixo), Ângela Maria de Souza Luz (E.E. Padre José Epifânio-Barra Longa/MG), Carolina Berg (Ernest Yang), Cilésia Maria de Oliveira Carvalho (E.E. Padre José Epifânio- Barra Longa/MG), Claryssa C. Figueiredo de Almeida (CODIF/SEDESE), Cláudia de Oliveira Fontes (Fundação Renova), Cláudia Fardin (SETADES/ES), Cláudia Laureth (Flacso/Vitória/ES), Crhistian Ghamaliel De Souza (Fundação Renova), Cristiane Donizete Ribeiro Martins (Comissão de Atingidos de Barra Longa/MG), Dhiancesar Pinto Lopes (Fundação Renova), Dihego Pansini De Souza (Fundação Renova), Drayton Alvarenga Marques (Fundação Renova), Eliane Gregório Rocha (Atingida Povoação, Linhares/ES), Eneas Ferreira Pinto Filho (Comissão de Atingidos de Conceição da Barra/ES), Fabiane Macedo Borges (Ministério da Cidadania), Francisco Augusto Lara de Souza (SEAPA/MG), Glaziane Aparecida Almeida (Fundação Renova), Grasielle C. Santos Fortini (ATI Rosa Fortini), Isabella Guerrero (Machado Meyer Advogados/Fundação Renova), Jadilson Lino de Oliveira Gomes (Comissão Quilombola da Comunidade Remanescente de Quilombo de Degredo), Jadir De Assis (SEDESE/MG, coordenador da CTOS), Joéci Benedita dos Santos Lopes Miranda (Comissão de Atingidos de Aracruz/ES), Jonathas De Melo Cristóvão Silva (Fundação Renova), José Augusto Gomes (SETADES/ES), Júnia Mara Zulski (Pescadora Profissional), Karolina Rodrigues Vasconcelos (Prefeitura Municipal de Mariana), Laurent Rivet Rassi (Fundação Renova), Lucas Neves da Paz Lima (Colônia Z19/Leste Mineiro), Lucia Maria de Oliveira (Comissão dos Atingidos de Cachoeira Escura(Belo Oriente - MG), Luciana Andrade (ASPERQD – Degredo), Luciana Montovaneli Amorim (Prefeitura Municipal de Linhares/ES), Manoel Rodrigues Afonso (SEDESE/MG – Regional), Marcia Vieira (SETADES/ES), Marcus Vinícius Tabach (Fundação Renova), Maria Alice da Silva (Flacso Belo Horizonte/MG), Maria Aparecida Barbosa (Comissão de Atingidos de Lagoa Escura/Belo Oriente/MG), Maria Lethicia Campos Mata (Fundação Renova), Mariangela De Lorenzo (Consultora Técnica dos Camaroeiros de Vitória/ES), Milla Pião Moreira Silva (Prefeitura Municipal de Linhares/ES), Mirna Lúcia de Almeida Corrêa (Consultora PG07), Patrícia Pascoal Goulart (Fundação Renova), Paula Vieira Gonçalves De Souza (Governança/Fundação Renova), Paulo Cícero Pereira (Atingido - Produtor Rural), Paulo Eugênio Clemente Junior (Ministério da Cidadania), Pedro Daniel Strozenberg (Ouvidoria da Fundação Renova), Priscila Ohira (Fundação Renova), Rafael Carneiro (Fundação Renova), Rafael Do Carmo Pompermayer (Fundação Renova), Raqueline Ramos (equipe suplementar do Espírito Santo/Psicóloga na PSE da SETADES), Renato Correia de Oliveira (Pescador - Resplendor/MG), Renato da Silva Cardoso (MAPA), Rodolfo Zusk (Presidente da Colônia Z 19/Leste Mineiro), Ronaldo Felício Moysés Filho (Fundação Renova), Sandra de Oliveira (Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG), Sandro Luiz Lopes (Comissão Atingidos de Conceição da Barra/ES), Silvana de O. Guimarães (ATI Rosa Fortini), Simone Silva (E.E. Padre José Epifânio- Barra Longa/MG – Comissão de Atingidos de Barra Longa/MG), Simone Wasem (Equipe Técnica SETADES/ES), Tatiana Tatagiba Medeiros (SETADES/ES), Thamara Uliana Pascoal (ATI ASPERQD), Thiago Alex Paiva (flacso/BH), Thiago Lopes F. (Comissão de Atingidos de Conceição da Barra/ES), Verônica Coutinho (SEPLAG/MG), Vítor Wilson Cocco (Comissão de Atingidos/as de Conceição da Barra/ES), Viviane Gonçalves (Barra Longa/MG), Walber Luiz da Silva (PMM/SEDESC Mariana/MG), Walkimar Bispo Rodrigues (Linhares/ES-Povoação), Yasmim Siqueira (ASPERQD -Degredo), Zilmailka Anjos dos Reis (Comissão de Atingidos de Linhares/ES).

1. Abertura da 62ª Reunião Ordinária

Pauta	Discussão
<p>1.1. Apresentação dos participantes</p> <p>1.2. Aprovação da Ata da 61ª RO da CTOS 2022</p> <p>1.3. Leitura da Pauta para considerações e aprovação</p>	<p>O Sr. Jadir de Assis, representante da SEDESE e coordenador da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial – CT-OS iniciou a reunião dando boas-vindas e agradecendo a participação de todos (as). Mencionou que a realização desta Reunião em Mariana/MG se deve a busca de estar mais próximo dos territórios impactados. Informou que os trabalhos iniciaram no dia 13/06 com a Reunião Preparatória e que no dia 14/06/2022 foi realizado com os participantes um tour pela trajetória da lama, quando foi possível conhecer algumas ações de reparação feitas pela Fundação Renova, dentre elas, alguns reassentamentos. Acrescentou que foi realizada uma reunião com os técnicos do PPS de Barra Longa/MG. Jadir (SEDESE) chamou para uma rodada de apresentação dos participantes</p>

	<p>presenciais e por videoconferência. Apresentou a pauta, iniciando com as questões do PIM Cadastro e Programa de Assistência aos Animais, seguidas das questões relativas ao PPS e AFE. Paula Vieira (FR) solicitou incluir as questões dos RMMs junto com a pauta do cadastro. Jadir (SEDESE) comunicou recebimento de documento com solicitação dos atingidos de Barra Longa, solicitando espaço de participação na CTOS, visando apresentar a pauta da Escola Estadual Padre José Epifânio afetada pelo rompimento da barragem. (Documento em anexo). Requerem o direito de serem reconhecidos como atingidos e o ressarcimento dos bens, compensação, reparação e indenização pelos danos causados à escola e aos sujeitos. Jadir (SEDESE) informou que as reuniões são abertas à participação, todos possuem direito à voz e as pautas são tratadas no contexto da CT. Jadilson (Comissão de Atingidos de Degredo) sugeriu encaminhar as questões escolares para a CT ELET e solicitou receber os documentos para endereçamento. Em seguida a minuta de ata da 61ª Reunião Ordinária foi posta em votação e aprovada por unanimidade, sem questionamentos.</p>
Aprovação	<p>A ata da 61ª Reunião Ordinária da CT-OS foi aprovada e será enviada à Secex para publicação na página do CIF/IBAMA.</p>

2. GT PIM Cadastro PAA – Manifestações do GT	
Pauta	Discussão
<p>2.1. Programa de Assistência aos Animais 2.2. Relatório de monitoramento do Programa</p>	<p>Jadir (SEDESE) informou que os monitoramentos nas fazendas CATA 1 e CATA2 são realizados semestralmente por equipe composta por técnicos do MAPA, SEAPA/MG, e técnicos dos municípios da Barra Longa e Mariana. Francisco Augusto (SEAPA/MG) apresentou o relatório, que posteriormente será encaminhado ao CIF. Informou que o relatório demonstra as constatações das ações empreendidas pela Fundação Renova, as considerações da equipe técnica e sugestões de melhorias dos trabalhos. Informou que a Deliberação 226 de 2018 aponta as ações de monitoramento nos Centros de Acolhimento Temporário de Animais (CATA) atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão. Demonstrou os critérios de monitoramento de visita realizada no período de 15 a 18 de fevereiro de 2022. Informou que o monitoramento foi feito a partir de evidências documentais, de constatações presenciais, e entrevistas, avaliando a estrutura, as questões sanitárias, de manejo e bem-estar dos animais e buscaram entender a dinâmica relacional da Fundação Renova com os produtores beneficiados pelo programa. Acrescentou que foram realizadas entrevistas com os atingidos, buscando evidenciar seu grau de satisfação com o programa e coletar sugestões de melhorias. Apresentou a metodologia e os itens de avaliação geral do programa, as normas, os critérios de verificação e os resultados das avaliações. Informou que os pontos avaliados são aprovados, aprovados com ressalva ou reprovados. Avaliam o relacionamento com a comunidade atendida pelo programa, checando os canais de relacionamento e manutenção de vínculos entre animais e tutores. Outro item avaliado são os procedimentos de saúde e segurança adotados a partir da pandemia de Covid-19. As Instalações e Infraestruturas disponibilizadas pela Fundação Renova devem estar adequadas às necessidades do programa e os animais deverão dispor de serviços de assistência veterinária que garantam os aspectos sanitários necessários à cada espécie. A alimentação deve ser disposta com qualidade e em quantidade adequada à espécie, porte e idade conforme definição do médico veterinário responsável técnico e armazenada adequadamente. O abrigo avaliado dispõe de equipe técnica qualificada (multiprofissional) que atende às demandas do Centro de acordo com as necessidades dos animais abrigados em seus aspectos qualitativos e quantitativos. Constatou que além dos atendimentos feitos nas Fazendas, quando necessário os animais são encaminhados à hospitais veterinários. Os centros de acolhimento devem, ainda, dispor de estruturas e equipamentos adequados destinados ao serviço de transporte de animais, observar a legislação sanitária e critérios de transporte. Todas as condições necessárias foram constatadas. Para assegurar o bem-estar animal, o abrigo deve estar em condições adequadas para atendimento às diretrizes estabelecidas pelas cinco liberdades dos animais, a saber: 1. liberdade de sede, fome e má nutrição; 2. liberdade de dor e doenças; 3. liberdade de desconforto; 4. liberdade para expressar comportamento natural da espécie; e 5. liberdade de medo e de estresse. Item aprovado sem restrições. Francisco Augusto (SEAPA) aponta que a maioria dos itens tem sido cumprido adequadamente nos dois centros de acolhimento – CATA1 e CATA2. Ressalvou que os suínos demandam alguns cuidados, tais como climatizadores, bem</p>

como os locais de armazenamento dos alimentos dos bovinos que deveriam ser mais bem acondicionados. Constatou que a sala de treinamento dos atingidos está estruturada, precisa ser utilizada, efetivando os treinamentos. As questões legais (documentais) estão sendo cumpridas adequadamente. Francisco Augusto (SEAPA) leu as considerações feitas pela equipe: a necessidade de a Fundação Renova apresentar um relatório contendo informações quanto aos procedimentos e ações que estão sendo/ou serão desenvolvidas para viabilizar às capacitações juntos aos atingidos. (Questões a serem esclarecidas: Será realizado um diagnóstico para identificar os temas e assuntos de interesse dos atingidos? Já existe um calendário de atividades? Quais estratégias de comunicação serão realizadas com os atingidos? Qual será o modelo de capacitação?); (Há infraestrutura e equipamentos). Pontuou: - A necessidade de a Fundação Renova apresentar um relatório contendo informações detalhadas sobre o impasse técnico e operacional constatado no setor de suínos e um plano de ação para resolução. - A necessidade de a Fundação Renova adequar o armazenamento dos sacos de ração e silagem no Cata 2; ressalta que a equipe observou sacos de silagem e ração em contato direto com o chão devido à ausência de paletes, encostados na parede, condicionados em temperaturas ambiente elevadas e sujeitos a roedores/insetos devido as frestas entre a parede lateral e o chão nos containers. Para melhor condicionamento, visando preservação e integridade dos insumos armazenados, a equipe recomenda o controle térmico do ambiente de armazenagem, proteção quanto a intempéries climáticas e possíveis pragas (insetos, roedores etc.) e a adequação do estoque para que os sacos de ração e silagem não fiquem encostados em paredes ou em contato direto com o chão. Relatou que quando questionados quanto a alteração do estoque de alimentos, os técnicos informaram que a fim de evitar a falta de alimento dos animais a equipe técnica do CATA 2 estocou mais sacos de ração do que o de costume, devido a oscilação de preço dos insumos e demais questões mercadológicas. Mencionaram, também, que foi necessário a adaptação do estoque de alimentos pois atualmente, a maior parte do estoque, foi condicionado em containers, porém, os containers não oferecem condições ótimas para os alimentos. - a necessidade de adequar a infraestrutura do setor de suínos quanto ao controle de temperatura ambiente e umidade afim de evitar o estresse térmico dos animais, como também identificação das baias e a implementação de um Procedimento Operacional Padrão quanto a ambiência e bem-estar térmico dos suínos; a necessidade da Fundação Renova descartar os tubos de coleta vencidos, que identificamos no do CATA 2, afim de evitar utilização de produtos fora do prazo de validade; - a necessidade da Fundação Renova apresentar as licenças ambientais das atividades exercidas no CATA 2; - a necessidade da Fundação Renova registrar e documentar, caso aconteça, orientações técnicas juntos aos beneficiários/tutores durante as visitas nos catas 1 e 2. Rafael Carneiro (Fundação Renova) considera as ações de monitoramento enriquecedoras e agradece o reconhecimento do trabalho. Informou que já realizaram 3 cursos no Programa 17, e solicita envio da Nota Técnica nº 7/SEAPA/DDR/2022 (E62.01) e dar retorno quanto às considerações até o final de julho. Jadir (SEDESE) informa que o próximo monitoramento será em agosto de 22, quando a equipe poderá observar a evolução dos procedimentos. Walkimar (Linhares/ES-Povoação) pergunta: sobre o grau de contaminação dos animais nas fazendas, índice de mortalidade dos animais desde o início do programa e o motivo das mortes, e qual é o índice de natalidade. Joéci (Comissão de atingidos de Aracruz/ES) relatou que alguns atingidos a informaram que a Fundação Renova está impedindo a reprodução dos animais, que os suínos perderam a genética de 50 anos, e não possuem informações sobre as causas das mortes dos animais; acrescenta que estão instando os atingidos a retirarem os animais sem que tenham para onde levá-los. Eliane Gregório (Atingida Povoação, Linhares/ES) considera que o ideal seria assegurar para as pessoas as condições asseguradas aos animais. Jadir (SEDESE) pondera que cada programa tem seus objetivos e o PG07 tem como premissa o cuidado aos animais e a CTOS monitora as ações, apoiada por equipe técnica especializada e que a Câmara monitora os outros programas para avaliar se em todas as áreas os cuidados são ofertados com o mesmo zelo. Mirna Corrêa (colaboradora) solicita mais informações sobre as entrevistas com os atingidos. Francisco Augusto (SEAPA) relata que tiveram acesso ao banco de dados da Fundação Renova e sortearam atingidos para a entrevista, mas somente quatro atingidos aceitaram responder a entrevista; se mostraram satisfeitos com os serviços prestados pela Fundação Renova. As insatisfações apontadas foram: capacitações, doma dos equinos, excesso de formalidade na condução dos acasalamentos dos animais. Francisco Augusto (SEAPA/MG) compreende estar preconizado dentro de um sistema e que essas insatisfações foram apontadas apenas dentro do CATA2. Jadir (SEDESE) teceu algumas considerações: participação de membros da Câmara no monitoramento, quando foi possível observar a importância da correlação entre os programas – evidencia a necessidade de acompanhamento de alguns tutores pelo Programa de Proteção Social - PG 05, apoiando a interlocução entre a equipe técnica e atingidos sobre formas de manejo dos animais, pois alguns atingidos precisam ser escutados e cuidados, conciliando as formas do fazer humano e técnico. Mirna

Corrêa (Colaboradora) informa que as capacitações seriam iniciadas antes da pandemia, com um curso sobre laticínios. Avalia que a devolução dos animais só pode ser feita quando as condições de moradia forem asseguradas. Jadilson Gomes (Comissão Quilombola da Comunidade Remanescente de Quilombo de Degredo) pergunta sobre a periodicidade dos exames clínicos dos animais e como a devolutiva dos resultados é feita para os atingidos. Anderson (Atingido de Paracatu de Baixo) reforça a importância da integração dos programas. Considera que as formas como os reassentamentos estão projetados não restituem os modos de vida originais dos atingidos e o zoneamento não permitirá o retorno dos animais aos seus donos, pois as propriedades são pequenas – lotes de 300 metros quadrados em zoneamento urbano. Rafael Carneiro (Fundação Renova) menciona a deliberação 328 que trata da pesquisa sobre contaminação, trabalho iniciado e suspenso com a pandemia, mas já foi retomado e esperam finalizar até o final do ano. Avalia que os animais tiveram pouco tempo de contato com os rejeitos. Em relação à mortalidade: registro de 821 animais recolhidos e 166 óbitos – 20% de mortes, mas a maioria morreu logo em seguida ao rompimento, e hoje a mortalidade é baixa. A taxa de natalidade: em relação aos animais de grande porte: Dos 378 animais, 307 são de nascimentos ou substituições e reposições; Apenas 71 animais são originários de 2015. Considera que o processo de reprodução é feito com base no indicador de bem-estar animal. Utilizam metodologia científica para a reprodução, que é planejada previamente. O desentendimento com os proprietários dos suínos se deve aos modos de criação. A fazenda é um abrigo onde o bem-estar do animal está acima da reprodução, que deve ser planejada. O médico veterinário é quem define o manejo. Quando algum animal morre o atingido pode substituir por outro. O Programa tem critérios de bem-estar animal, mas em casos de proprietários de suínos, há possibilidade de alugar uma propriedade para que o atingido possa cuidar dos animais sem as restrições técnicas do abrigo. Ele pode ser atendido dentro do programa de moradia temporária. Quanto aos exames: procedimentos de rotina tais como vacinações, tratamento dentário, são previstos em prontuários individuais, e tudo que se passa com o animal é informado ao tutor. Alguns exames são feitos de acordo com a necessidade dos animais e todos os exames são entregues aos proprietários. Quanto a articulação entre os programas de reassentamentos, Rafael Carneiro (Fundação Renova) menciona trabalho interno entre os programas, monitorando a correlação das famílias atendidas e a adesão das famílias aos modelos de reassentamentos – coletivos, familiares, pecúnia. O Programa de Atendimento aos Animais monitora junto com o programa de reassentamento, incluindo a pauta dos animais. Jadir (SEDESE) considera que na reestruturação dos RMMs se pode tratar de algumas questões aqui evidenciadas. Mirna Corrêa (colaboradora) solicita que a Fundação Renova disponibilize a relação dos produtores rurais que possuem animais produtivos abrigados. Quantos animais e de que espécie foram acolhidos? Qual a metragem do terreno de origem. Para onde o produtor irá: Solicita envio da planta (maquete) de localização (georreferenciada) do reassentamento de cada produtor. Solicita a planta impressa para ser apresentada na 63ª RO e envio da planta virtualmente para avaliação da CTOS com antecedência (**E62.02**). Jadir (SEDESE) sugere apresentar um plano que reúna ações do PPS, do reassentamento e do PG07, gerando uma ação integrada relacionada com o reassentamento como eixo fundamental para reorientação dos programas. Rafael do Carmo (Fundação Renova) considera que ao apresentar o plano de reassentamento se abre a discussão para a integração dos programas, pois a análise abordará as modalidades de reassentamento. Mirna Corrêa (colaboradora) reitera solicitação de envio da documentação com antecedência, 10 dias antes da próxima RO. Jadir agradeceu a Francisco Augusto (SEAPA/MG) pela apresentação do relatório e informou que o diagnóstico do PG 07 será pauta para a próxima reunião.

2.3. Cadastro: Novo modo de disponibilizar os dados do lote ao CIF

2.4. RMM Cadastro

Laurent (Fundação Renova) apontou duas questões sobre a informação do cadastro: 1. Relatório do RMM e anexo 4 que apresenta o status do projeto. Considera que este material tem sido melhorado, mas estão buscando melhorar os fluxos de envio dos lotes da pesquisa do cadastro. Relata que a CTOS fazia checagem de consistência desses dados e considera que seria bom que retomasse essa prática. 2. Avalia que a forma de circulação das informações por planilhas é questionável e considera necessária a indicação de técnicos para acesso à base de dados, em tempo real, virtualmente. A representante da Fundação Renova apresentou a proposta de envio de lote ao CIF, que hoje é feito reunindo os dados em planilhas em um lote e enviava por e-mail. As consultas às informações necessárias para a conferência de lotes ao cadastro serão feitas individualmente, diretamente no sistema, buscando os dados através do SGS – possibilitando acompanhar em tempo real todos os dados. **Vantagens:** a) respeito à legislação vigente – LGPD, os dados ficam mais preservados, pois a consulta é feita diretamente no sistema de cadastro. b) Controle de quem acessou o sistema, garantindo a integridade dos dados. c) Agilidade: Os dados são acessados em tempo real, atualizados. d) Conformidade: evita a diferença dos cadastros realizados e informações revisadas por solicitação dos manifestantes. É necessário: A CTOS indicar os membros ao CIF para que ele

informe os membros à Fundação Renova para a criação do login e senha para cada um deles. A CTOS deve enviar ao CIF os nomes dos membros que terão acesso aos dados, mediante assinatura de termo de confidencialidade, até 30 de junho (**E62.08**). Definir quais dimensões do cadastro serão necessárias. Paulo Clemente (Ministério da Cidadania) considera que falta a descrição de cada variável. A dicionarização não está completa e é necessário reforçar a documentação do cadastro. Pontua que para a CTOS não há interesse saber os dados individuais, mas precisa ter o maior número de variáveis possíveis para consultar. A Lei foi feita para proteger os dados, mas considera que os indicados ao acesso serão guardiões solidários dos dados mediante a LGPD. Maria Lethícia (Fundação Renova) avalia que o login individual é para trazer mais segurança para o processo, de forma que o acesso aos dados pessoais seja registrado. Sugere que a CTOS sinalize os campos considerados essenciais. Eliane Gregório (Atingida Povoação, Linhares/ES) considera que a Fundação Renova atribui à Câmara responsabilidades que não lhe competem. Jadir de Assis (SEDESE) esclarece que o acesso aos dados é o que possibilita à Câmara fazer os monitoramentos. Como são dados técnicos, serão acessados por técnicos das áreas para que se consiga manusear de maneira segura e sem onerar o conjunto da Câmara. Rodolfo Zulsk (Colônia Z-19) menciona o portal do usuário onde a Fundação Renova publica o que considera adequado em termos das categorias e cortes – reclassifica, muda, corta. Jadir de Assis (SEDESE) esclarece que os dados serão fornecidos para a Câmara Técnica para que monitore as ações. Paula Vieira (Fundação Renova) solicita esclarecimentos quanto ao dicionário e anexo 4 – se seria para incluir um dicionário explicativo no anexo 4? Ao que foi respondido afirmativamente. Eneias Ferreira (Comissão de Atingidos de Conceição da Barra/ES) menciona a região estuarina e marinha, definida na deliberação 58, e que foi assistida após deliberação de 31 de março de 2017, quando a Sinergia fez o cadastro dos atingidos, os quais até hoje não foram indenizados. Relata que perguntaram aos atingidos sobre qual rio o atingido foi impactado – pergunta que não cabe na região, mas que desclassificou alguns pescadores, especialmente os pescadores profissionais. Acrescentou que algumas pessoas não apareceram no cadastro em 2016 e após a resolução 58 do CIF ficaram esquecidas, porque não puderam mais fazer o cadastro. Laurent (Fundação Renova) informa que existem cadastros nos principais rios onde houve impactos, e no campo *outros espaços* como Lagoa Juparanã, no mar, estão no cadastro, de forma que é possível verificar os dados. Há prazos para revisão, e após os prazos não é possível fazer alterações nos dados informados. Joéci Benedita (Comissão de Atingidos de Aracruz/ES) relata que os problemas são os mesmos: as fases 1 e 2 do cadastro, os cadastrados do núcleo familiar da fase 1 que até hoje não foram reparados, não se consegue fazer novas contestações, o portal do usuário e portal dos advogados estão mudados, foram feitas mudanças nos projetos e nas comprovações de danos e de residência sem explicar ou justificar os critérios das mudanças. Várias situações a serem resolvidas com o cadastro, demandadas há tempos e sem resposta. Eliane Gregório (Povoação/Linhares/ES) menciona a falta de informações para o atingido, posto como responsável pelos erros de cadastro que ainda repercutem para os atingidos, que desconheciam o prazo de 10 dias para revisão das informações. Jadir (SEDESE) registra a participação da Ouvidoria, a quem acredita, cabe dar tratamento as questões levantadas. Vitor Cocco (Comissão de Atingidos de Conceição da Barra/ES) acredita que a Sinergia e a Fundação Renova são culpadas por não terem ido aos territórios logo após o rompimento da barragem. Laurent (Fundação Renova) informa que possuem relatórios de diálogos e registros das idas aos territórios explicando a metodologia de cadastro, os quais estão disponíveis. Jadir (SEDESE) propõe que as demandas do cadastro sejam discutidas no GT PIM, sistematizadas e encaminhadas ao Programa e novamente pautadas na Reunião Ordinária para retornos (**E62.04**).

2.5. Declarações de Pescador Profissional: Status da emissão

Renato Cardoso (MAPA) informa que a Secretária de Agricultura e Pesca do MAPA acordou na 61ª RO que tomaria a relação dos 1.458 nomes e daria declaração sobre o status desses pescadores. Renato Cardoso (MAPA) acrescenta que os prazos inicialmente propostos, de 30 dias, se referem a 30 dias a partir da extração dos dados pela TI e não do envio das listas pela Fundação Renova. As duas unidades - DAPs do ES e MG foram informadas da finalização dos levantamentos e que novos pedidos serão de responsabilidade das DAPS. Joéci Lopes (Comissão de Atingidos de Aracruz/ES) menciona situações de pescadores protocolados desde 2012, com documentação apresentada à Fundação Renova e, no entanto, constam como fraude. Júnia Zulsk (Colônia Z19) pergunta se é possível acessar a lista e a data de entrega das declarações; sugere que as declarações sejam individuais. Jadilson Gomes (Comissão Quilombola da Comunidade Remanescente de Quilombo de Degredo) considera que a Fundação Renova está usando essa lista para cortar os direitos dos pescadores profissionais,

mesmo dos que não adentraram o sistema novel. Thiago Lopes (Comissão de Atingidos de Conceição da Barra/ES) pergunta os motivos da interrupção das emissões das declarações pelo MAPA e se pescador poderia pedir a declaração diretamente ao MAPA? Eneias Ferreira (Comissão de Atingidos de Conceição da Barra/ES) menciona as negativas do processo indenizatório, sem direito de subir documentos comprobatórios, ou entrar com recurso. Jadir de Assis (SEDESE) solicita que a Fundação Renova encaminhe a CTOS os critérios de negativa do acesso aos benefícios pelos pescadores profissionais **(E62.05)**. Dhiancesar (Fundação Renova) relata que as listassão os nomes que a Fundação Renova tinha na sua base, e pergunta quanto as outras pessoas que acionarem diretamente o MAPA para conseguir a declaração. Informa que o QR COD para checar a validade da declaração não permite mais fazer a checagem, a não ser pelo CONAP, IMET e MAPA e pergunta como fazer a checagem das declarações. Encaminharam ao MAPA os critérios para fins de análise das emissões dos RGP's. E a Fundação Renova precisa checar a situação das carteiras em 2014 e 2015, informação que é fornecida pelo Mapa nas declarações. Renato Cardoso (MAPA) informa que não pode disponibilizar a listagem, devido a necessidade de proteger os dados. Só as declarações da SAP têm validade. Informou que o prazo para emissão das declarações é de 30 dias a partir do recebimento dos dados extraídos pelo setor de TI. Encaminhará uma única resposta, sobre todos os componentes da lista **(E62.06)**. Renato Cardoso (MAPA) acrescenta que o código da declaração é aberto a acesso externo, então é preciso verificar o que está acontecendo com o QR COD que está ilegível em alguns casos, como relatado. Rodolfo Zulsk (Colônia Z19) pergunta se na entrega da lista pelo MAPA o AFE e o lucro cessante serão restabelecidos. Ronaldo Moysés (Fundação Renova) informa que a Fundação Renova se reuniu com o MAPA e os acertos entre a Fundação e o MAPA estão evoluindo bem, considerou que o MAPA está sensível e comprometido com o atendimento da demanda. Acrescentou que o retorno dessa informação será utilizado pela Fundação Renova em atendimento das sentenças. Essa informação vai suprir a necessidade de comprovação no Novel, mas ressalta que este não é o único critério para a comprovação, e as informações pendentes precisam ser fornecidas para a elegibilidade e a análise será feita caso a caso, atentos ao conjunto dos requisitos e critérios. Informou, ainda, que assim que receberem a lista comunicarão à CTOS **(E62.07)**. Renato Cardoso (MAPA) menciona que as Declarações fornecidas pela DAP serão chanceladas pela SAP. Walkimar Rodrigues (Linhares/ES-Povoação) relata que a informação da Fundação Renova é de que só vai voltar o lucro cessante com a apresentação da Declaração do MAPA e questiona que agora esteja colocando outros critérios. Acrescenta que as soluções estão sendo proteladas e os pescadores estão voltando a pescar, e peixes contaminados. Ronaldo Moysés (Fundação Renova) informa que em relação ao lucro cessante de 2021 a Fundação Renova não levou em consideração e nem colocou como critério a declaração do MAPA. Mais de 90% dos lucros cessantes de 2021 já foram concluídos e com os mesmos critérios usados há 6 anos. Ronaldo Moysés (Fundação Renova) informa o recebimento de documento repassado por Rodolfo Zulsk (Colônia Z-19), mas levanta dúvidas se ele foi emitido pela Fundação Renova. Reitera o fato de a Declaração ser um dos requisitos para concessão do AFE e do lucro cessante. Jadir de Assis (SEDESE) assevera que os critérios devem ser coletivos e de amplo conhecimento dos atingidos. Quanto aos encaminhamentos do cadastro, o encaminhamento **E.62.04** o cadastro é referente às demandas dos atingidos e o encaminhamento **(E62.08)** trata da definição pela CTOS dos nomes dos membros que comporão o grupo de acesso ao SGS e a comunicação ao CIF num prazo de 15 dias. Outro encaminhamento diz respeito a atualização do dicionário do Anexo 4 **(E62.09)**. Mariângela De Lorenzo (Assessora Técnica dos Camaroeiros de Vitória/ES) sugere criar grupo de trabalho permanente da CTOS e Ouvidoria da Fundação Renova para tratar dos casos apresentados pelos atingidos, buscando respostas da Fundação Renova antes das reuniões ordinárias. Jadir de Assis (SEDESE) registra a proposta e dará encaminhamento após avaliar o melhor procedimento. Acrescenta que tem orientado os atingidos a acionarem a ouvidoria para o atendimento dos casos específicos. Propõe convocar a ouvidoria para se manifestar quanto a sua resolutividade nas demandas que recebe **(E62.10)**.

2.6. Programa de Indenização Mediada – PIM
a) Elaboração do escopo do PIM – agendas e fluxos

Representantes da Escola Estadual Padre José Gonçalves, situada à margem de Rio em Barra Longa/MG, relatou que a escola foi impactada com o rompimento da barragem, porém não foram reconhecidos como impactados. Informa que a lama invadiu a escola, destruindo a quadra, laboratórios e outras instalações. Acrescentou que foi feita uma pintura, mas não resolveram a maioria dos problemas que foram causados com a lama. Alunos estão se machucando na quadra, que ficou esburacada. A retirada da lama da escola foi feita pelos profissionais da escola, sem orientações. Diversos profissionais, de

b) Descumprimento do Encaminhamento RE. E.2 – Envio do escopo do PIM
c) Lucro cessante – Fundação Renova esclarecer precificação e critérios de cálculo, categorias e territórios

treze categorias foram reconhecidos, porém os profissionais da educação não, e estão buscando esse reconhecimento como atingidos. Jadir de Assis (SEDESE) orientou que encaminhem a solicitação ao CIF. Ana Tereza (FGV/MPF) reconhece e agradece à Fundação Renova pelo envio dos documentos adicionais referentes ao PIM. Observa que como o sistema está em implementação, solicita que a Fundação Renova atualize sistematicamente a CTOS de todas as etapas de implementação. Solicita envio de documento com o detalhamento e histórico das políticas indenizatórias, descrevendo a execução de cada uma delas no âmbito do PIM – em que estágio de execução se encontram, o que foi executado, o que não foi e o que está previsto. Pergunta se é possível agilizar a entrega da proposta de escopo. Jadir (SEDESE) considera que sendo uma discussão para definição de fluxos de elaboração, as agendas de reuniões conjuntas poderiam ser definidas em prazos mais curtos, pois ter um escopo definido, com indicadores e diretrizes claras possibilita melhor entendimento do programa e seu monitoramento. Ronaldo Moysés (Fundação Renova) considera que a documentação enviada já permite análise prévia. Firmou compromisso de trazer nas Reuniões Ordinárias atualização sobre a implementação do Sistema PIM AFE. Mencionou o desafio da Tecnologia da Informação - TI de produzir plataforma apta a processar os pleitos indenizatórios do PIM e do AFE, nos quais devem ser inseridos os parâmetros e critérios que regulamentarão a política e a elegibilidade. Informa que avançaram em etapas na construção sistêmica, estando faltando três macro etapas para a conclusão do sistema, para que possa iniciar o tratamento dos requerimentos cadastrados. Estão recebendo os cadastramentos dos advogados, dos requerentes com seus pleitos e documentos, mas ainda não iniciaram a fase de análise. O detalhamento das políticas será realizado internamente pelos técnicos da Fundação Renova e enviarão à CTOS. Com relação ao escopo do PIM Ronaldo Moysés (Fundação Renova) relata que houve consenso de que a Fundação Renova apresentasse uma minuta para socializar com a CTOS, que faria considerações e debates para aprovação. Informa que a Fundação Renova está trabalhando nessa minuta de escopo. Acrescenta que a CTOS não se manifestou em relação a primeira versão do escopo, enviada em 2017. Propõe estabelecer cronograma de trabalho a partir dos documentos já enviados, iniciando os debates técnicos imediatamente. Ana Tereza (FGV/MPF) postou NT que faz balanço do PIM: <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/notas-tecnicas/CT-OS/2018/cif-ct-os-nt-2018-31.pdf>. Considera que mesmo que o escopo do PIM tenha sido objeto de poucas Notas Técnicas, as políticas indenizatórias foram objetos de muitas Notas Técnica por serem muito caras à CTOS. Sugere definição de fluxo de trabalho para elaboração do escopo do PIM. Jadir (SEDESE) menciona a formação de grupo de trabalho, incluindo alguns atingidos, para a elaboração do escopo. Sugere pautar a questão na Reunião do GT PIM Cadastro. Ronaldo Moysés (Fundação Renova) solicita acesso à análise dos documentos feita pela CTOS antes da realização da reunião conjunta. Ana Tereza (FGV/MPF) propõe comunicações por ofício com a Fundação Renova. Eneas Ferreira (Comissão de Atingidos de Conceição da Barra/ES) relata que no PIM existiam matrizes de danos. Sugere abrir precedentes para os informais, para que possam ser atendidos pelo PIM e solicita que o programa seja menos burocrático do que a versão anterior. Eliane Gregório (Comissão de Atingidos Povoação - Foz do Rio Doce) considera que a matriz de danos do Novel não é justa e sugere elaboração conjunta de matriz de danos mais adequada para o PIM. A CTOS enviará a análise até dia 01.07.22. A Fundação Renova atualizará a CTOS quanto às etapas de implementação do Sistema PIM/AFE e seus impactos nos programas e atualizará os documentos detalhados de políticas indenizatórias, podendo consolidar em um único documento todo o histórico das políticas desenhadas. A CTOS encaminhará uma análise prévia dos documentos entregues pela Fundação Renova sobre o PIM até dia 01 de julho de 2022 e a partir dessa análise, será estabelecido fluxo de trabalho para definição dos consensos e dissensos relativos ao Programa de Indenização Mediada para definição do escopo. Silvana Guimarães (ATI Rosa Fortini) pergunta se os advogados já estão sendo cadastrados e se as pessoas que já estão no PIM com negociação ativa irão prosseguir dentro desse sistema online ou terão uma quitação para posteriormente passar para uma nova etapa. Ronaldo Moysés (Fundação Renova) informa que o sistema está aberto para todo o território, com mais de 2000 cadastrados. Que a ouvidoria pode ser cionada em casos de dificuldade de acesso, ou dúvidas de situações específicas. Ouvidoria: E-mail: ouvidoriafundacaorenova@canalconfidencial.com.br; <https://www.canalconfidencial.com.br/fundacaorenova/> Telefone (0800 721 0717), disponível de segunda a sexta de 07hs às 19hs. Anderson de Paula (Atingido de Mariana/MG - Paracatu de Baixo) considera que abrir o leque de programas e cadastros, requer infinitos recadastramentos e comprovações, adiando o acesso aos direitos, agora inclusive com a exigência de advogado, para reiterar informações já fornecidas. Até atingido que foi deslocado de sua moradia tem que pagar advogado para receber indenização a qual já era direito

reconhecido. Atingido que reside em casa alugada pela Fundação Renova e está sendo premido a apresentar documentos de comprovação da sua condição. Eliane Gregório (Atingida Povoação – Foz do Rio Doce/ES) menciona sentença determinando devolução dos 10% pagos pelos atingidos e sugere que a Fundação Renova passe a pagar os honorários aos advogados. Mariangela De Lorenzo (Consultora Técnica dos Camaroeiros de Vitória/ES) sugere que no escopo se descreva metodologia e precificação do trabalho dos camaroeiros de Vitória, reconhecidos pela área de trabalho. Relata que foi criado grupo de trabalho que se reuniu para construir o processo de reconhecimento da categoria e propõe utilizar essa metodologia para o grupo de elaboração do escopo do PIM, a qual pode ser adotada em outros grupos produtivos da pesca que não possuem os municípios do TTAC como sua área de moradia. Lúcia Maria (Comissão dos Atingidos de Cachoeira Escura/Belo Oriente- MG) pergunta sobre a emissão de documentos para pescadores profissionais e foi informada que receberia o informe posteriormente. Thiago Lopes (Comissão de Atingidos de Conceição da Barra/ES) considera que se os escritórios do PIM estivessem abertos haveria pagamentos sem a necessidade de advogado. Avalia que houve alguns ganhos, tais como a discussão sobre indenizações de dependentes. Jadir (SEDESE) pondera que os atingidos têm questionado a transformação do que é opção em obrigação, tornando uma exigência a contratação de advogado como único meio de acesso ao que é direito. Encaminhamento foi alinhado. **(E62.11). c) Lucro cessante:** Ronaldo Moysés (Fundação Renova) sugere que a discussão sobre o lucro cessante seja feita junto da discussão do escopo do PIM. Joéci Lopes (Comissão dos Atingidos de Aracruz/ES) questiona a retirada das informações sobre pagamentos de AFES do site e questiona os cortes de AFES de pescadores em áreas de proibição da pesca. Ronaldo Moysés (Fundação Renova) esclarece que no portal do usuários tem duas abas: a) pagamentos recebidos e b) atualização dos valores. Essas abas seriam atualizações do DIEESE mês a mês, utilizado para a Fundação Renova calcular o auxílio. A aba de pagamentos efetivados estava desatualizada e mesmo após o cancelamento do auxílio ou sua descontinuidade, nesta aba continuava fazendo a atualização de pagamentos mensais – o que gerou confusão, por isso a informação foi retirada. Acrescenta que a Fundação Renova é auditada sistematicamente e não informa valores não pagos. Lucas Neves (Colônia Z-19) pergunta pelo lucro cessante e AFE da região de Ponte Nova, que agora foi reconhecida como região impactada. Jadilson (Comissão Quilombola da Comunidade Remanescente de Quilombo de Degredo) solicitará por ofício esclarecimentos sobre a retirada das informações do portal. Maria Lethícia (Fundação Renova) relata que estão analisando a decisão e estudando medidas de implementação, cumprimento e recurso sobre a situação de Ponte Nova. Mariangela De Lorenzo (Consultora Técnica dos Camaroeiros de Vitória/ES) solicita que se esclareça a informação dada pela Fundação Renova de que as embarcações lacradas não poderiam ser vendidas – o que tem causado grandes perdas, notificações e transtornos. É preciso registrar que nenhuma embarcação foi indenizada, o ato de lacrar foi feito para identificar a matéria de indenização do atingido, mas a pessoa pode vender, reformar, pois a embarcação não é matéria de indenização, mas de comprovação de atividade. Jadir (SEDESE) menciona que será realizada uma reunião ordinária no Espírito Santo para tratar dos diversos temas da região.

2.7. PIM DA – Dano pelo desabastecimento de água
Critérios de encerramento e definições

Jadir (SEDESE) propôs deixar este ponto para ser tratado por ofício. **(E62.16).** A Fundação Renova enviará à CTOS informações sobre o Programa de PIM DA: Prazo: 10 dias úteis.

3. GT PPS AFE – Manifestações do GT

Pauta	Discussão
<p>3.1 Programa de Proteção Social</p> <p>a) Fundação Renova apresentar o status dos planos municipais dos municípios da nova estratégia</p> <p>b) Considerações sobre o monitoramento do plano municipal de Barra Longa/MG</p>	<p>3.1.c) Status do reassentamento de Gesteira: Alfredo Zanon (Fundação Renova) apresentou o status de reassentamento de Gesteira: são 37 famílias em Gesteira e Gesteira mutirão. Algumas residiam na área impactada e outras tinham lavouras (lotes de plantio) na área impactada, mas residiam em Mariana e Barra Longa. Atualmente algumas famílias foram reassentadas por reassentamento familiar. Outras receberam por pecúnia. Seis famílias optaram por reassentamento coletivo, estão aguardando definição judicial. Cristiane Martins (Comissão de atingidos de Barra Longa) pergunta se essas 6 famílias terão casas em Gesteira. Avalia que teriam que construir escola, reformar a igreja, pois considera que Gesteira está abandonada. Relata que as famílias foram coagidas a aceitar as propostas da Fundação Renova. Alfredo Zanon (Fundação Renova) informa que estão aguardando a homologação da decisão</p>

<p>c) Status do reassentamento de Gesteira d) Detalhamento do acompanhamento das famílias impactadas com deslocamento físico</p>	<p>judicial para executar. Jadir pergunta os motivos das 31 famílias terem desistido do assentamento coletivo e optado por outras formas. Alfredo Zanon (Fundação Renova) relata que em 2019 a Fundação, a assessoria técnica e a comunidade discutiram as diretrizes norteadoras do processo de reassentamento. Foram apresentadas 74 diretrizes pela assessoria técnica e a Fundação Renova, em 2019, cumpriu o calendário determinado pela assessoria técnica e comissão. Essas diretrizes falavam exclusivamente do reassentamento coletivo, mas existem 3 modalidades de reassentar: Coletivo, familiar e pecúnia (trocar o reassentamento por um valor monetário). A Fundação Renova entrou em acordo com a assessoria técnica e comissão para incluir nas diretrizes as outras formas de reassentamento. Com a judicialização do processo de reassentamento, ao final de 2019, foi determinado pelo juiz protocolar as diretrizes e a proposta de projeto; a Fundação Renova protocolou, também, uma proposta de reassentamento familiar, nos moldes de reassentamentos praticados em Mariana. Não houve manifestação das partes em juízo quanto a essa modalidade de reassentamento. Em agosto de 2020 nove (9) famílias desistiram do reassentamento coletivo e outras famílias optaram pelo reassentamento familiar. Dos três (3) casos de pecúnia, dois deles eram de um espólio, e as famílias optaram pela pecúnia para dividir o espólio. Alfredo Zanon (Fundação Renova) considera que o reassentamento familiar foi uma proposta formatada, tem processo previsível de encerramento e esse desenrolar coletivo foi opção das famílias, que parecem satisfeitas.</p>
<p>d) Detalhamento do acompanhamento das famílias impactadas com deslocamento físico</p>	<p>Jadir sugere que o item 3.1.d) Detalhamento do acompanhamento das famílias impactadas com deslocamento físico seja enviado por escrito para análise futura e pautado na próxima Reunião Ordinária. (E62.12).</p>
<p>a) Fundação Renova apresentar o status dos planos municipais dos municípios da nova estratégia b) Considerações sobre o monitoramento do plano municipal de Barra Longa/MG</p>	<p>3.1 a) Fundação Renova apresentar o status dos planos municipais dos municípios da nova estratégia: Priscila Ohira (Fundação Renova) apresentou o status dos planos municipais dos municípios da nova estratégia e informou que atualmente apenas dois municípios ainda não aderiram: Galileia e Belo Oriente. Resplendor aderiu e assim, o PPS hoje possui 38 planos aderentes, dois para assinar nos próximos meses. Dos novos planos, cinco municípios aderentes e em processo de assinatura. 3.1. b) Considerações sobre o monitoramento do plano municipal de Barra Longa/MG: Priscila Ohira (Fundação Renova) informou que para Barra Longa ainda falta um repasse financeiro, já fizeram três (3). Veículos foram disponibilizados, combustível, insumos das oficinas sendo repassados e feito o acompanhamento das atividades. Viviane Gonçalves (Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG) relatou que as oficinas e as capacitações estão em atraso. Acrescentou que a preocupação maior do município é com a finalização do plano em março de 2023, pois o reassentamento de Gesteira ainda não se efetivou. Pergunta se haverá aditivação do plano, inclusive pelas condições de muitas famílias que estão fora de suas casas aguardando na cidade. Fabiane Macedo (Ministério da Cidadania) informou que estava previsto repasse para veículos, capacitações, mas os profissionais ainda não foram capacitados. Pergunta quais municípios ainda não receberam capacitação e por quê. Milla Moreira (Prefeitura Municipal de Linhares/ES) manifesta preocupação com a finalização do plano de Linhares, prevista para dezembro de 2022. Há previsão de finalização do plano apesar das 3.600 famílias em situação de reconhecida vulnerabilidade, das quais 1.200 famílias estão em acompanhamento pelas equipes contratadas. Há um universo significativo de famílias para serem atendidas pelo plano de proteção. Relata que o valor pactuado para abastecimento dos veículos se tornou insuficiente para atender os territórios, muitos deles distantes da sede. Luciana Amorim (Prefeitura Municipal de Linhares/ES) Relata outros fatores de atraso na execução do plano, tais como consertos dos veículos que são feitos em Mariana, chuvas que por vezes isolam alguns distritos. Jadilson Gomes (Comissão Quilombola da Comunidade Remanescente de Quilombo de Degredo) solicita informações sobre o que foi feito em Linhares com os recursos repassados pela Fundação Renova e convida a CTOS para fazer uma reunião no município. Eliane Gregório (Linhares/Povoação/ES) relata que tem acompanhado o município, mas não soube de processo de escolha de duas pessoas que foram nomeadas e considera que em Povoação o programa não tem atendido adequadamente. Milla Moreira (Prefeitura Municipal de Linhares) fará apresentação do plano de Linhares em Reunião Ordinária da CT-OS, caso seja pauta. Menciona que a representação da comunidade de Povoação foi escolhida pela Fundação Renova. Acrescenta que nos territórios existem técnicos efetivando a política do SUAS – identifica as famílias em vulnerabilidade e os atendimentos e encaminhamentos estão sendo feitos com recursos da Fundação Renova desde abril de 2021. Jadir (SEDESE) reforça que este detalhamento de execução do plano será feito na Reunião Ordinária que será realizada no município de Linhares, bem como o aprofundamento de questões da região. Luciana Andrade (Assessora Técnica ASPERQD) menciona o comitê de monitoramento e informa dificuldades com o combustível para que a equipe se desloque, reduzindo o tempo de atendimento. Considera que o acompanhamento do comitê não está a contento por falta de informações, que ainda não acessaram os indicadores de acompanhamento das ações do</p>

	<p>plano. Gostariam de conhecer o diagnóstico local, quais ações estão sendo realizadas e seus resultados. Questiona a falta de assessoria técnica na maioria dos territórios, e considera que isto cria a necessidade de relatórios mais acessíveis para os atingidos. Paulo Clemente (Ministério da Cidadania) relata que os planos têm duração de 30 meses, e pergunta se há previsão de prorrogação dos prazos para atender as características de cada território. Reforça a importância de rever os valores de repasse para combustíveis, adequando aos reajustes recentes. Maria Albanita (Fundação Renova) informa que a indicação de representantes para os comitês municipais é feita pelas lideranças de cada localidade e não pela Fundação Renova. Os comitês são espaços de participação dos atingidos, onde discutem os planos e parabeniza o comitê de Degredo, que avalia tem funcionado muito bem. Priscila Ohira (Fundação Renova) menciona que em Barra Longa e Mariana os planos são diferentes dos demais, por causa dos deslocamentos físicos, e o acompanhamento deve ser feito durante um ano após o reassentamento, de forma que, quando tiver a data oficial de entrega dos reassentamentos fará a contagem de mais um ano. Acrescenta que as capacitações nos municípios do Espírito Santo estão mais adiantadas, pois o plano estadual de Minas estava em negociação e as capacitações seriam realizadas pelo estado, mas as negociações em Minas não foram concluídas. Maria Albanita (Fundação Renova) ressalta que as capacitações seriam feitas diretamente pela SEDESE, por isso as capacitações estão atrasadas, mas as capacitações estão acontecendo nos municípios de MG. Com relação ao combustível, sugere encaminhar, para análise da Fundação (E.62.13). Jadir (SEDESE) registra a importância de aprofundar questões sobre a execução e prazos de finalização dos planos em cada município, sobre as capacitações, dentre outros itens, que requerem continuidade das discussões sobre o PPS. Maria Albanita (Fundação Renova) se comprometeu a enviar à CTOS a listagem com status das capacitações em todos os municípios. Fabiane Borges (Ministério da Cidadania) sugere incluir nos RMMs informações sobre a evolução das capacitações das equipes do PPS (E62.14).</p>
<p>Programa de Auxílio financeiro Emergencial</p>	<p>Vitor Cocco (Comissão de Atingidos/as de Conceição da Barra/ES) pergunta pela priorização no Novel das pessoas com comorbidade. Eneas Ferreira (Comissão de Atingidos de Conceição da Barra/ES) pergunta sobre o lucro cessante dos pescadores das áreas proibidas. Junia Zulusk (Colônia Z-19) pergunta se a lista enviada ao MAPA é só para comprovação no Novel. Ronaldo Moysés (Fundação Renova) relata que o escopo do Programa foi judicializado e a Fundação Renova está aguardando a decisão. Acrescenta que a discussão sobre o AFE compõe o escopo do programa, e a conversa sobre o AFE já exauriu. Informa que as pessoas com comorbidades tem tratamento diferenciado nos atendimentos, mas isso nem sempre agiliza os procedimentos, pois, há etapas que dependem de advogados, de apresentação de documentos e análise das informações pela Fundação Renova, que precisam ser cumpridas. Sugere acionar a Ouvidoria para indicar a priorização de casos que ainda não tiverem sido priorizados. Maria Lethícia (Fundação Renova) informa sobre a igreja e arquidiocese de Barra Longa, que o projeto definitivo de restauro da igreja foi apresentado em 2017 pela Fundação Renova, foi revisado pela assessoria técnica da arquidiocese, a qual recomendou a aprovação, mas a arquidiocese decidiu vincular a aprovação do projeto à destinação final da área de origem, o que impede a Fundação Renova de providenciar a realização das obras definitivas de restauro, já que a arquidiocese é proprietária legal do imóvel e precisa autorizar.</p>

<p>Análise dos RMMs</p>	
<p>Pauta</p>	<p>Discussão</p>
<p>Análise dos RMMs mensais e reestruturação</p>	<p>Devido ao adiantado da hora, foi acordado que as adequações nos RMMs serão enviadas por ofício. (E62.15)</p>
<p>8. Encaminhamentos</p>	
<p>62ª RO da CTOS</p>	
<p>Encaminhamento E62.01</p>	<p>Enviar a Nota Técnica nº 7/SEAPA/DDR/2022 para a coordenação do PG07 (Fundação Renova) e para o CIF. Prazo: Imediato</p>
<p>Encaminhamento E62.02</p>	<p>Solicitar à Fundação Renova a relação dos produtores rurais atingidos que possuem animais na fazenda CATA2. Informar o número de animais, discriminados por espécie, a metragem do terreno de origem de cada proprietário do terreno para onde ele será reassentado. Prazo: Até 10 dias antes da próxima RO</p>
<p>Encaminhamento E62.03</p>	<p>Fundação Renova enviar à CTOS e apresentar a planta de localização dos reassentamentos para a CTOS. Prazo: Próxima RO</p>

Encaminhamento E62.04	A CTOS Fará levantamento das demandas dos atingidos sobre o cadastro e encaminhará à coordenação do Programa.
Encaminhamento E62.05	A Fundação Renova enviará a CTOS os critérios de negativa de documentos apresentados pelo pescador profissional. Prazo: Até 10 dias úteis
Encaminhamento E62.06	O Mapa emitirá as declarações de pescador profissional, num prazo de 30 dias a partir do recebimento dos dados fornecidos pela Tecnologia de informação do MAPA.
Encaminhamento E62.07	A Fundação Renova comunicará à CTOS o recebimento da lista de declarações fornecidas pelo MAPA.
Encaminhamento E62.08	O GT PIM definirá os nomes dos membros que comporão o grupo de acesso ao SGS e encaminhará ao CIF: Prazo: 15 dias
Encaminhamento E62.09	A Fundação Renova deverá complementar o dicionário de variáveis do Anexo 4 do arquivo "Status solicitantes de Cadastro e Emergencial" Prazo: Próximo RMM
Encaminhamento E62.10	A CTOS convidará a Ouvidoria para a próxima RO para definição de estratégias de agilização dos retornos aos atingidos.
Encaminhamento E62.11	A Fundação Renova atualizará a CTOS quanto as etapas de implementação do Sistema PIM/AFE e seus impactos nos programas- A Fundação Renova atualizará os documentos detalhados de políticas indenizatórias, podendo consolidar em um único documento todo o histórico das políticas desenhadas- a CTOS encaminhará uma análise prévia dos documentos entregues pela Fundação Renova sobre o PIM - Até dia 01 de julho de 2022 - a partir dessa análise, será estabelecido fluxo de trabalho para definição dos consensos e dissensos relativos ao Programa de Indenização Mediada para definição do escopo.
Encaminhamento E62.12	Fundação Renova encaminhar detalhamento do acompanhamento das famílias impactadas com deslocamento físico, considerando o acompanhamento social antes, durante e após o reassentamento, considerando os modos anteriores de vida, de forma conjunta entre os PG-05, 07, (e 08) Prazo: até 10 dias antes da próxima Reunião Ordinária da CTOS
Encaminhamento E62.13	A Fundação Renova analisará a demanda sobre reajuste/equiparação do valor repassado para custear combustíveis, na execução do PG 05 e dará retorno na próxima RO.
Encaminhamento E62.14	PG05: A informação sobre a evolução das capacitações das equipes do PPS será incluída nos RMMs
Encaminhamento E62.15	As solicitações de adequações nos RMMs serão enviadas à Fundação Renova por ofício
Encaminhamento E62.16	A Fundação Renova enviará à CTOS informações sobre o Programa de PIM DA: Prazo: 10 dias úteis

Não havendo mais considerações por parte dos membros, e como todos os pontos da pauta foram tratados, às 17 horas e 17 minutos, dos dias 15 de junho 2022, o Sr. Jadir de Assis, coordenador da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial – CT-OS, finalizou a reunião agradecendo a participação de todas e todos.



Jadir de Assis
Coordenador Suplente
Câmara Técnica de Organização social e Auxílio emergencial - CTOS

OBS: Esta ata foi aprovada no dia 28 de julho de 2022, pelos participantes da 63ª Reunião Ordinária da CTOS.